



**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
2ª VARA FEDERAL DE PETRÓPOLIS**

**INSPEÇÃO ANUAL - 2014**

**RELATÓRIO**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA CORREGEDORA-REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO, DESEMBARGADORA FEDERAL Dra. SALETE MACCALÓZ,**

Instituída pelo Edital nº. JFRJ EDT 2014/00020, publicada no Diário Oficial, do dia 26 de fevereiro de dois mil e quatorze, fls. 1.047 e 1.048 e constituída pela **MM. Juíza Federal, Drª. SIMONE BRETAS, titular da 2ª Vara Federal de Petrópolis**, iniciou-se, aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quatorze, a Inspeção na 2ª Vara Federal de Petrópolis, servindo de Secretário o **Diretor de Secretaria, PAULO JORGE LELLIS VILLANOVA**.

Foram expedidos ofícios à Corregedora Geral, Exma. Senhora Desembargadora Federal **Dra. SALETE MACCALÓZ** (JFRJ-OFI-2014/02112), à **Procuradora da República** em Petrópolis, **Drª. VANESSA SEGUEZZI** (JFRJ-OFI-2014/01707) e ao Presidente da **Ordem dos Advogados do Brasil/RJ**, 3ª Subseção de Petrópolis, **Dr. ANTONIO CARLOS MACHADO** (JFRJ-OFI-2014/01699), além dos procuradores do INSS, **Dr. ALEXANDRE PIRES ELLENA** (JFRJ-OFI-2014/01710), da Fazenda, **Dr. SILVIO JOSÉ FERNANDES** (JFRJ-OFI-2014/01709) e AGU, **Dra. MÔNICA MELLO MACHADO LEAL MEDEIROS** (JFRJ-OFI-2014/01708).

Foram interpelados por ofício os procuradores judiciais das partes e o MPF, a fim de que fossem devolvidos à Secretaria os processos que, eventualmente, estivessem em seu poder além do prazo legal.

Todos os livros e processos de interesse do Ministério Público foram localizados na sala de audiências e permaneceram à disposição do MPF.

Compareceu na abertura da Inspeção o Representante da OAB, **Dr. Marcelo Portella Cardoso**, que tomou conhecimento da organização da geral da Segunda Vara, reuniu-se com a juíza titular, tomando também conhecimento da organização, problemas e



necessidades da Subseção Judiciária de Petrópolis.

Os trabalhos de inspeção foram conduzidos na ordem a seguir descrita.

## I - ABERTURA

Na data designada para o início dos trabalhos foi lavrado o termo de abertura da inspeção, assinados pela Meritíssima Juíza Titular, pelo Secretário da Inspeção, pelo Representante da OAB, pelos servidores e estagiários.

Foram reunidos os servidores e estagiários, dando-lhes ciência dos objetivos da Inspeção e a ordem dos trabalhos a serem executados.

## II – FORAM INSPECIONADOS E CONSTATADOS

### 1. DADOS ESTATÍSTICOS.

Feitos distribuídos.

A 2ª Vara Federal de Petrópolis **conta atualmente com um acervo de 4.918 processos em tramitação.**

Cabe destacar a redução do acervo quando comparados os presentes dados com os do relatório da inspeção anterior.

Na última inspeção a segunda vara contava com um acervo em tramitação de **5.245** processos.

O fato de tratar-se de uma Vara Mista com Juizado Adjunto (conforme já informado na inspeção anterior) traz grandes dificuldades para melhorar a organização do trabalho, impedindo a especialização dos servidores nas tarefas que executam. O número de servidores é reduzido, embora a lotação seja a prevista pela Direção do Foro da SJRJ. O Gráfico abaixo demonstra a diversidade de procedimentos e seus números.

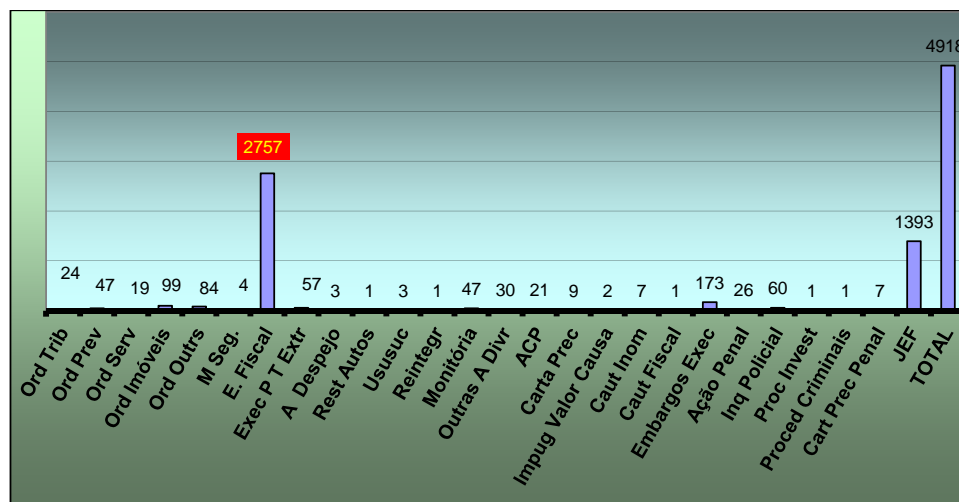


Gráfico 1- acervo atual da 2ª Vara Federal de Petrópolis – Fonte: Sistema Apolo em 24/03/2014.



Quanto à situação do acervo, é importante salientar alguns pontos relevantes:

a) Nos últimos 06 meses foram distribuídas **2546** novas ações, sendo **1496** no JEF (**acervo maior que várias varas especializadas em juizado especial conforme demonstra a figura abaixo extraída do Portal de Estatísticas do TRF/2**), **396** Execuções Fiscais.

b) No mesmo período a equipe da 2ª Vara trabalhou com afinco, tendo baixado **1341** processos e considerando processos remetidos para recurso e outras saídas **2170** autos.

	Trâmite	Total
01º Juizado Especial Federal de Campos	2103	21
01º Juizado Especial Federal de Duque de Caxias	1519	15
01º Juizado Especial Federal de Niterói	1771	17
01º Juizado Especial Federal de Nova Friburgo	1008	10
01º Juizado Especial Federal de Nova Iguaçu	762	7
01º Juizado Especial Federal de Resende	2157	21
01º Juizado Especial Federal de São Gonçalo	764	7
01º Juizado Especial Federal de São João de Meriti	2286	22
01º Juizado Especial Federal de Volta Redonda	1983	19
01º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	3908	39
02º Juizado Especial Federal de Campos	3078	30
02º Juizado Especial Federal de Duque de Caxias	1532	15
02º Juizado Especial Federal de Niterói	1481	14
02º Juizado Especial Federal de Nova Iguaçu	786	7
02º Juizado Especial Federal de São Gonçalo	725	7
02º Juizado Especial Federal de São João de Meriti	1128	11
02º Juizado Especial Federal de Volta Redonda	2577	25
02º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	6393	63
03º Juizado Especial Federal de Duque de Caxias	2120	21
03º Juizado Especial Federal de Nova Iguaçu	1016	10
03º Juizado Especial Federal de Nova Iguaçu	1016	10
03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo	1789	17
03º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	2020	20
04º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	4924	49
06º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	3757	37
08º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	2115	21
09º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	1684	16
10º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	2666	26
11º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	6760	67
Total	64812	648

Figura 1 – acervo de vários JEFs. Fonte: Portal de Estatísticas em 28/03/2014.

**A situação retratada na figura anterior confirma a necessidade do requerimento feito anteriormente sobre a especialização, o que tornaria mais justa a divisão do trabalho e melhoria na qualidade da prestação jurisdicional. Isto porque, considerando que o número de servidores é praticamente o mesmo das varas especializadas, só foi possível manter 02 servidores no JEF da segunda vara. Os demais estão distribuídos para cuidarem dos acervos de E. Fiscal, Feitos Contenciosos e Ações**



## Penais.

Embora se reconheça a dificuldade encontrada pela Direção do Foro da SJRJ para estabelecer novos critérios na distribuição de servidores, não se pode deixar de destacar conforme já salientado por diversas vezes o inconformismo com a Portaria nº RJ-PDG-2011/00032 da Dirfo que estabeleceu o quantitativo “ideal” de 14 servidores para as varas mistas com juizado adjunto.

Após análise dos dados apresentados pelo juízo, processos colocados à sua disposição e reunião pessoal com o Diretor de Secretaria, concluiu o ilustre representante da OAB, **Dr. Marcelo Portella Cardoso** pela necessidade da implementação da **especialização** das Varas Federais de Petrópolis, bem como a alteração da regulamentação que estabelece o número padrão de servidores para varas federais com as mesmas características da vara em inspeção; por serem essas medidas de agilidade no atendimento aos jurisdicionados.

Conforme ocorreu na inspeção do ano anterior, o representante da OAB (subseção de Petrópolis) consignou que permanecem válidas as observações feitas pela OAB naquela ocasião, já que, tais medidas trarão benefícios à advocacia petropolitana que poderá contar com maior celeridade processual. Isto posto, a Subseção da OAB de Petrópolis solicitou que ficasse consignado desde já seu requerimento ao E. TRF para a implantação urgente das sugestões apresentadas e **informou que oficialará novamente** à Corregedoria Regional ratificando as observações já feitas no ano anterior, bem como tentará agendar uma audiência na corregedoria para tratar especificamente desse assunto.

## 1.2 Planilhas da Corregedoria

### 1.2.1 Processos parados na Secretaria há mais de 30 dias.

Foi constatado no terceiro dia da inspeção que não havia nenhum processo parado na secretaria há mais de 30 dias conforme demonstra a figura abaixo extraída do sistema disponibilizado pela corregedoria.

1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	Juízo	02ª VF de Petrópolis		Posição em	26/03/2014					
2	Localização	Secretaria		Último Movimento até	26/02/2014					
3	Final	(Tudo)								
4	Parados há (intervalo de dias)	(Tudo)		Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total				
5	Status Conclusão	Não		Entre 31 e 60	0	N/A				
6	Ult. Mov. Conclusão	(Tudo)		Mais de 60	0	N/A				
7	Ult. Mov. Remessa, Carga	Não		Total Geral	0	N/A				
8										
9	Acervo									
10	Classe	Ano	Mês/Ano	Último Movimento	Tempo (dias)	Total				
11	Total Geral					0				
12										
13										
14										
15										
16										
17										

Figura 2- Processos parados na secretaria há mais de 30 dias. Fonte: Planilha do excel disponibilizada pela corregedoria (em 26/02/2014).



### 1.2.2 Processos concluídos além do prazo determinado pela corregedoria.

Foi constatado também no terceiro dia (26/03/2014) que havia apenas 40 processos concluídos além do prazo regulamentado. Sendo 36 concluídos para despacho e 4 para decisão, o que corresponde a 0,9% do acervo.

Não havia, naquela data, nenhum processo concluído para sentença além do prazo estabelecido pela corregedoria.

Os processos “concluídos além do prazo” foram relacionados para receberem o andamento devido até o final da inspeção, como ficará demonstrado ao final do presente relatório.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	AB
1	Posição em	26/03/2014								
2	Conclusão até	26/02/2014								
3										
4	Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total							
5	Despacho	36	90,00							
6	Decisão	4	10,00							
7	Sentença	0	0,00							
8	Total Geral	40	100,00							
9										
10	Juízo	Final	Classe	Tipo de Conclusão	Prazo Vencido	Ano	Mês/Ano	Tempo (dias)	Processo	
95	02ª VF de Petrópolis	Ímpar	1002	Despacho	Sim	2014	jan/2014	54	00010954220114025156	
98	02ª VF de Petrópolis	Ímpar	1004	Decisão	Sim	2014	jan/2014	62	00000679720084025106	
100	02ª VF de Petrópolis	Ímpar	1004	Decisão	Sim	2014	jan/2014	63	000006111220134025106	
112	02ª VF de Petrópolis	Par	12001	Despacho	Sim	2014	jan/2014	58	00007722220134025106	
154	02ª VF de Petrópolis	Par	51002	Decisão	Sim	2014	jan/2014	75	00007983520114025156	
157	02ª VF de Petrópolis	Par	51002	Decisão	Sim	2014	jan/2014	61	00011987820134025156	
413	02ª VF de Petrópolis	Par	5009	Despacho	Sim	2014	fev/2014	40	00008589520104025106	
464	02ª VF de Petrópolis	Par	51001	Despacho	Sim	2014	fev/2014	35	00005847320134025156	
466	02ª VF de Petrópolis	Par	51001	Despacho	Sim	2014	fev/2014	33	00006846120114025106	
469	02ª VF de Petrópolis	Par	51001	Despacho	Sim	2014	fev/2014	40	00007544520134025156	
471	02ª VF de Petrópolis	Par	51001	Despacho	Sim	2014	fev/2014	35	00008765820134025156	
472	02ª VF de Petrópolis	Par	51001	Despacho	Sim	2014	fev/2014	35	00009406820134025156	

Figura 3- Processos concluídos. Fonte: Planilha do Excel disponibilizada pela corregedoria.

### 1.2.3 Petições pendentes de juntada.

No segundo dia, da inspeção (25/03), verificou-se que não havia nenhuma petição pendente de juntada, conforme pode ser verificado na figura abaixo extraída do sistema da corregedoria.

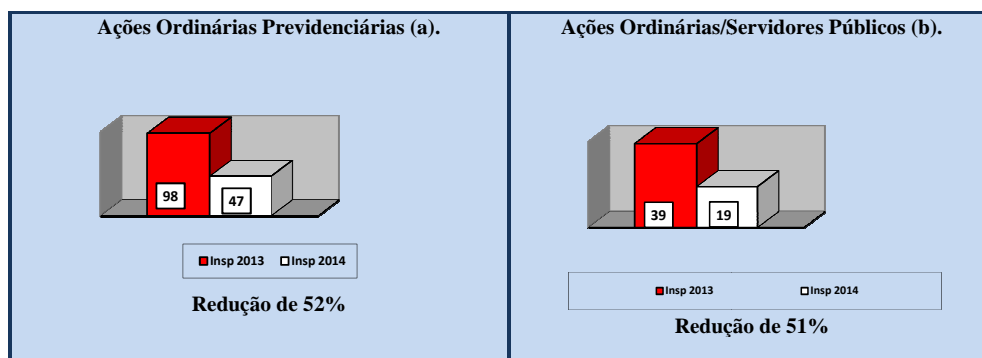


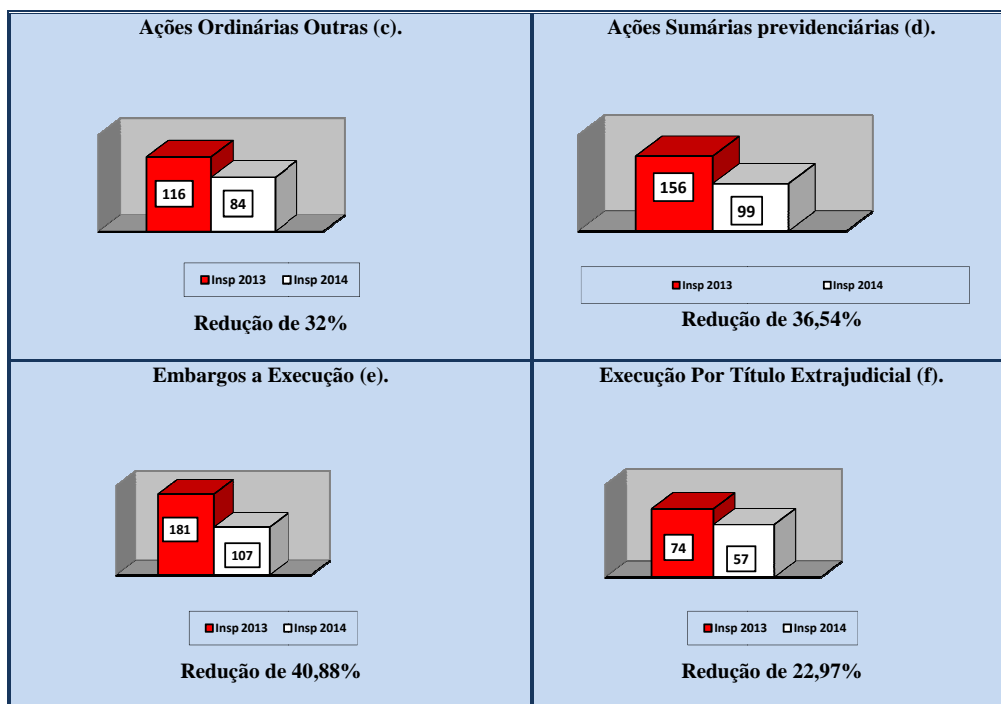
	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Juízo			Posição em				
2	Local Processo	Secretaria		25/03/2014				
3	Local Petição	Secretaria						
4	Classe	(Tudo)						
5	Último Movimento	(Tudo)						
6	Suspensão	Não		Total Geral				
7	Baixa	(Tudo)		0				
8								
9	Acervo							
10	Ano	Mês	Processo	Petição	Total			
11	Total Geral				0			
12								
13								

Figura 4- Petições pendentes de juntada. Fonte: Planilha do excel disponibilizada pela corregedoria.

#### 1.2.4 Redução do acervo conforme os dados estatísticos apresentados pelo Sistema Apolo.

Embora seja evidente a redução do acervo desde a data da assunção desta magistrada à titularidade da 2ª Vara Federal, desde a última inspeção algumas classes processuais tiveram uma redução merecedora de destaque, conforme pode ser observado nos gráficos abaixo.





Gráficos 2- Redução do acervo em diversas classes. Fonte: Sistema Apolo em 27/11/2013.

### 1.3 Processos Distribuídos e Redistribuídos desde a última inspeção.

No período compreendido entre a última inspeção e a atual entraram **4058** processos, sendo **2376** no Juizado Especial e **1682** feitos contenciosos.

## 2. TODOS OS PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA (ART. 12, PARÁGRAFO ÚNICO DA RESOLUÇÃO 496/2006, DO CJF), BEM COMO PRIORIDADE LEGAL QUE SE ENCONTRAVAM NA VARA:

### 2.1 Ações Civis Públicas

Foram Inspeccionadas todas as ACPs em curso na 2ª Vara.  
A situação de cada uma dessas ações segue em breve relatório.

Ord	Classe	Nº	Último andamento	Breve histórico
-----	--------	----	------------------	-----------------



01	6001	0000129-40.2008.4.02.5106	Decisão proferida em 16.10.2013, no sentido de determinar ao Município de Petrópolis o início de obras, conforme acordo homologado pelo juízo, no prazo de 90 (noventa) dias.	Distribuído em 19.02.2008.  Objeto: Reparação e compensação de danos ambientais. MPF x Município de Petrópolis, Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes – CPTRANS, Instituto Estadual do Ambiente – INEA e AMPLA Energia e Serviços S/A.  Conciliação/Transação homologada em 26.11.2012.
02	6001	0001199-68.2003.4.02.5106	Despacho proferido em 25.11.2013, no sentido de renovar intimação dos réus para se manifestarem acerca dos documentos apresentados.	Distribuído em 24.06.2003.  Objeto: Reparação e compensação de danos ambientais ocorridos na Ladeira Nair Oliveira Kronenberg, localizada acima da Rua Santa Luzia, Bataillard, Petrópolis/RJ. Sem sentença.
03	6001	0000873-35.2008.4.02.5106	Decisão proferida em 13.02.2014 – mantém decisão agravada em juízo de retratação. Determina remessa dos autos ao eg. TRF da 2ª Região.  Situação: aguardando intimação das partes para remeter o processo ao Tribunal.	Distribuída em 29.08.2008.  Objeto: atos e procedimentos administrativos.  Sentença prolatada em 15.10.2009, no sentido de julgar parcialmente procedente o pedido, para condenar a União e o DNIT, solidariamente, na assunção da administração e gestão da rodovia “Estrada União e Indústria”, bem como para condenar o Estado do Rio de Janeiro à recuperação dos trechos da aludida rodovia incorporados à sua malha viária.
04	6001	0000155-43.2005.4.02.5106	Despacho proferido em 11.02.2014. Defere diligências requeridas pelo MPF.	Distribuído em 11.03.2005.  Objeto: compensação de danos ambientais ocorridos na Rua Professor Stroeler, altura do nº 1883, Quarteirão Brasileiro, Petrópolis-RJ.  Acordo homologado por sentença em 14.10.2010.





05	6001	0000803- 13.2011.4.02.5106	Decisão proferida em 21.10.2013, suspendendo o processo por 90 dias.	Distribuído em 07.07.2011.  Deferida parcialmente a liminar pleiteada em 27.07.2011.  Objeto: possível ocupação indevida do conjunto de casas denominado Vila IPASE, de titularidade da União, que compõe o complexo do Hospital Alcides Carneiro.
06	6001	0000908- 87.2011.4.02.5106	Decisão proferida em 10.03.2014, no sentido de intimar, por mandado, o Chefe da Vigilância Sanitária de Petrópolis para proceder à vistoria no CAPS Nise da Silveira. Com a resposta, determina vista às partes e ao MPF.	Distribuído em 26.08.2011.  Objeto: alegadas irregularidades relacionadas aos profissionais de enfermagem, consistente em negativa ao enquadramento em ato fiscalizatório lastreado no processo administrativo nº 711/2010-COREN-RJ.  Sem sentença.
07	6001	0001242- 34.2005.4.02.5106	Despacho proferido em 20.01.2014 – concede ao réu prazo para finalizar obras em imóvel tombado e, após, intima IPHAN para vistoriar o local, para conferir se se ajustam ao projeto aprovado.	Distribuído em 14.09.2005.  Objeto: execução de obras necessárias à conservação e manutenção de imóvel tombado, situado na Av. Ipiranga, n. 525, em conformidade com projeto aprovado pelo IPHAN.  Sentença prolatada em 07.01.2011.
08	6001	0000073- 65.2012.4.02.5106	Decisão proferida em 07.01.2014. Fixa honorários periciais e intima para depositá-los.	Distribuído em 23.01.2012.  Objeto: Propriedade pública; Adequação da construção erguida na Rua Montecaseros, nº 219, ao projeto aprovado pelo IPHAN; apresentação de projeto arquitetônico aprovado pelo IPHAN; compensação dos danos patrimoniais e extrapatrimoniais; multa diária pelo descumprimento de qualquer obrigação imposta.
09	6001	0000154- 58.2005.4.02.5106	Despacho proferido em 18.03.2014, no sentido de intimar o Município de Petrópolis para apresentar declaração de anuência dos proprietários da área onde será implantado o PRAD.	Distribuído em 28.02.2005.  Objeto: Atos e procedimentos administrativos. Regularização de Licenciamento Corretivo.  Sentença prolatada em 14.12.2009 (Conciliação/Transação homologada).



10	6001	0000825-76.2008.4.02.5106	Despacho proferido em 25.03.2014, para reiterar intimação do perito nomeado na forma do item 3 da decisão precedente – isto é, para apresentar proposta de honorários e respectivo cronograma de trabalhos no prazo de 10 (dez) dias.	Distribuído em 28.10.2008.  Objeto: Meio Ambiente. Ocupação irregular em área de proteção ambiental.  Deferida antecipação dos efeitos da tutela em 19.06.2009.
11	6001	0552617-27.1999.4.02.5106	Despacho proferido em 17.09.2013, no sentido de intimar ICMBIO para se manifestar.  Situação do processo: disponível para remessa em 20.03.2014, conforme citado despacho.	Distribuído em 05.07.1999.  Objeto: responsabilidade civil.  Conciliação/Transação homologada em 19.01.2010.
12	6001	0000004-96.2013.4.02.5106	Proferido despacho em audiência em 18/12/2013, designando nova audiência para o dia 09/04/2014 às 14 horas.	Distribuída em 09/01/2013.  Objeto. Meio ambiente. Ação visa obstar a expansão das ocupações e consequentes danos ambientais na Reserva Biológica do Tinguá e construção de barreiras físicas pra proteção da borda da mata e sinalização adequada dos limites da reserva.  Sem sentença.
13	6001	0000671-19.2012.4.02.5106	Despacho proferido em 09.01.2014, redesignando audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 06/05/2014.	Distribuído em 20/06/2012.  Objeto: requer sejam anulados protocolos de ações de enfermeiros nos programas de saúde da rede municipal.  Sem sentença.
14	6001	0000511-09.2003.4.02.5106	Decisão proferida em 20.03.2014, no sentido de receber as apelações interpostas pelo MPF e pelo ICM-bio.	Distribuído em 27.03.2003.  Objeto: Meio Ambiente. Construções irregulares às margens do Rio Araras.  Sentença prolatada em 16.10.2013.
15	6001	0001527-56.2007.4.02.5106	Despacho proferido em 25.03.2014, no sentido de suspender o curso do feito por 18 meses, consoante requerido pelo MPF.	Distribuído em 11.03.2008.  Objeto: Meio ambiente. Atividades poluidoras às margens do Rio Piabanha.  Sentença prolatada em 11/01/2010.



16	6001	0001002-69.2010.4.02.5106	Autos conclusos para decisão em 24.03.2014.	Distribuído em 08.10.2010.  Objeto: compelir o Município de Petrópolis a reassumir a administração do Hospital Municipal Alcides Carneiro (HAC) e a União a manter os repasses de modo a não haver interrupção dos serviços prestados no HAC.  Deferida antecipação dos efeitos da tutela em 11.10.2010.
17	6001	0001787-75.2003.4.02.5106	Decisão proferida em 21.01.2014, no sentido de determinar ao Município de Petrópolis que apresente cronograma de execução do projeto pertinente à área em questão.  Situação atual: disponível para remessa ao MPF a partir de 25.03.2014.	Distribuído em 23.10.2013.  Objeto: realocação de todas as famílias residentes na Comunidade Maria de Lima, que residam em construções em área de preservação permanente.  Sentença prolatada em 24.01.2011, no sentido de julgar procedente o pedido.
18	6001	0001124-77.2013.4.02.5106	Decisão proferida em 25.03.2014 – defere inclusão do ICM-bio no polo ativo; intima parte autora para se manifestar acerca das contestações; faculta às partes a especificação de provas.	Distribuído em 17.12.2013.  Objeto: requer sejam os réus condenados a se absterem de edificar em área de preservação permanente (APP), bem como a demolir a edificação erigida em APP, com a remoção dos entulhos para local apropriado.
19	6001	0706274-23.1998.4.02.5106	Despacho proferido em 17.03.2014 – defere vista ao MPF pelo prazo de 10 (dez) dias.	Distribuído em 04.09.1998.  Objeto: requer a condenação dos réus a não empreenderem qualquer atividade poluidora nos lotes ns. 254 a 261 do Loteamento Vale da Boa Esperança, abstendo-se da supressão de vegetação caracterizada como de preservação permanente.  Sentença prolatada em novembro/2001.



20	6001	0000226-45.2005.4.02.5106	Autos conclusos para decisão em 25.03.2014.	Distribuído em 14.03.2005.  Objeto: requer a condenação da TELEMAR a disponibilizar cartões indutivos de 10 e 20 créditos em condições e percentuais específicos.  Sentença prolatada em 07.01.2011
21	6001	0000566-86.2005.4.02.5106	Despacho proferido em 25.03.2014: determina intimação do IPHAN para se manifestar na forma do item 2 da decisão das fls. 357-358.	Distribuído em 17.05.2005.  Objeto: requer a condenação do réu na obrigação de adequar seu imóvel às exigências do IPHAN, com a demolição das inovações executadas irregularmente.  Acordo homologado por sentença em 14.07.2010.
22	6001	0000528-06.2007.4.02.5106	Decisão proferida em 25.03.2014, no sentido de suspender a tramitação do feito até o julgamento do REsp. n. 1.301.154/RJ pelo eg. STJ.	Distribuído em 25.04.2007.  Objeto: requer seja condenado o réu a não exigir diploma específico para acesso ao curso de pedagogia para séries iniciais do ensino fundamental.  Sentença prolatada em 30.06.2008.
23	6001	0000134-52.2014.4.02.5106	Proferido despacho em 25.02.2014 no sentido de analisar o pedido de antecipação da tutela após a vinda da contestação da parte ré; determina a citação e a inclusão do IPHAN no polo ativo, em caso de anuência do instituto.	Distribuído em 19.02.2014.  Objeto: Patrimônio Histórico. Tombamento – Domínio Público – Administrativo. Imóvel da Rua Luiz de Biazzi, n. 33, Vila Operária de Cascatinha.



24	6001	0000092-03.2014.4.02.5106	Despacho proferido em 17.03.2014, no sentido de deferir vista dos autos ao MPF.	Distribuído por dependência em 03.02.2014 – processo originado do desmembramento do feito n. 0706274-23.1998.4.02.5106, o qual fora distribuído em 04.09.1998, conforme informações acima (item 19).  Objeto: requer a condenação do réu Granito Participações LTDA. a não empreender qualquer atividade poluidora nos lotes ns. 254 a 261 do Loteamento Vale da Boa Esperança, abstendo-se da supressão de vegetação caracterizada como de preservação permanente.  Sem sentença.
25	6001	0000106-84.2014.4.02.5106	Despacho proferido em 25.02.2014, no sentido de analisar o pedido de antecipação da tutela após a vinda da contestação da parte ré; determina a citação dos réus.	Distribuído em 10.02.2014.  Objeto: Patrimônio Histórico / Tombamento – Domínio Público – Administrativo. Imóvel da Rua Benjamin Constant, n. 208, Petrópolis-RJ.
26	6001	0002325-90.2002.4.02.5106	Autos conclusos para decisão em 26.03.2014.	Distribuído em 30.10.2002.  Objeto: Meio ambiente. Restauração de área ocupada por antena de telefonia, com a remoção das construções ali situadas e respectivos materiais, com apresentação de projeto de recuperação ambiental integral da área e execução do mesmo.  Sentença prolatada em 30.09.2009.
27	6001	0000173-93.2014.4.02.5156	Decisão proferida em 17.02.2014, no sentido de analisar o pedido de antecipação da tutela após a vinda da contestação da parte ré; determina a citação dos réus.	Distribuído em 05.02.2014.  Objeto: Patrimônio Histórico / Tombamento – Domínio Público – Administrativo. Imóvel da Fábrica Petropolitana de Tecidos, ou Fábrica de Cascatinha.



28	6003	000062- 22.2001.4.02.5106	<p>Despacho proferido em 20.01.2014, no sentido de cumprir a decisão das fls. 385-387 em agravo interposto pelo MPF. Intima o MPF para apresentar memória de cálculo e prosseguimento da execução.</p> <p>Situação atual: prazo para o INSS opor embargos em curso.</p>	<p>Distribuído em 10.01.2001.</p> <p>Objeto: condenar o INSS a conceder a parte interessada ANDREZA DEL PENHO DE CARVALHO o benefício de amparo social ao Idoso ou Deficiente Físico.</p> <p>Sentença prolatada em 18.02.2004.</p>
----	------	------------------------------	---	--

## 2.2 Mandados de Segurança.

Ord	Classe	Nº	Último andamento	Breve histórico
1	2001	0000484- 26.2003.4.02.5106	<p>Despacho proferido em 17.01.2014: determina remessa à Justiça do Trabalho, em cumprimento a decisão proferida pelo eg. STJ.</p>	<p>Distribuído em 19.03.2003.</p> <p>Objeto: requer seja anulada autuação da fiscalização trabalhista.</p> <p>Sentença prolatada em 30.03.2005. Foram opostos recursos de apelação, especial e extraordinário, com trânsito em julgado da decisão que determinou a remessa para a Justiça do Trabalho.</p>
2	2001	0000629- 33.2013.4.02.5106	<p>Sentença prolatada em 29.01.2014, no sentido de extinguir o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 257 do CPC.</p>	<p>Distribuído em: 03.09.2013</p> <p>Objeto: requer concessão de medida liminar para autorizar a impetrante a efetivar sua matrícula em disciplina específica, assegurando a quebra de pré-requisito.</p> <p>Sentença prolatada em 29.01.2014, transitada em julgado.</p>
3	2001	0001691- 55.2013.4.02.5156	<p>Encaminhado à Distribuição para anotar novo valor atribuído à causa e incluir pessoa jurídica a que integra a autoridade impetrada.</p>	<p>Distribuído em 20.01.2014.</p> <p>Objeto: requer a anulação de edital de licitação e que seja determinada a abertura de novo procedimento licitatório.</p> <p>Não há sentença.</p>



4	2001	0000185-63.2014.4.02.5106	Autos conclusos para decisão em 28.03.2014.	Distribuído em 27.02.2014.  Objeto: pleiteia ordem mandamental para determinar à autoridade impetrada a matrícula da impetrante no 1º Período do Curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Petrópolis (FMP).  Sem sentença.
5	2001	0700899-41.1998.4.02.5106	Despacho proferido em 27.02.2014 no sentido de, ante o retorno dos autos do eg. TRF da 2ª Região, intimar as partes para requerer o que for de direito.	Distribuído em: 23.01.1998. Redistribuído para a 2ª Vara Federal em 17.01.2000.  Objeto: pleiteia-se a abstenção da exigência pela autoridade impetrada de imposto de renda incidente sobre aplicações financeiras.  Sentença prolatada em maio/1998.
6	2001	0000347-58.2014.4.02.5106	Decisão proferida em 25.03.2014, no sentido de declarar a incompetência absoluta do Juízo, declinando a competência para uma das Varas da Seção Judiciária do Distrito Federal.	Distribuído em 20.03.2014.  Objeto: o impetrante requer a suspensão de decisão desclassificatória em concurso público para o cargo de Policial Rodoviário Federal.  Sem sentença.
7	2001	0000348-43.2014.4.02.5106	Decisão proferida em 25.03.2014, no sentido de declarar a incompetência absoluta do Juízo, declinando a competência para uma das Varas da Seção Judiciária do Distrito Federal.	Distribuído em 20.03.2014.  Objeto: o impetrante requer a suspensão de decisão desclassificatória em concurso público para o cargo de Policial Rodoviário Federal.  Sem sentença.
8	2003	0000017-95.2013.4.02.5106	Ato ordinatório de 20.03.2014 – vista ao impetrante.	Distribuído em : 24.01.2013.  Objeto: requer a concessão de nova aposentadoria, em substituição à anteriormente concedida – desaposentação.
9	2003	0000484-77.2013.4.02.5105	Sentença prolatada em 20.02.2014 – determinou o restabelecimento do benefício previdenciário do impetrante a partir da data da impetração do <i>mandamus</i> .	Distribuído em: 18.06.2013 (Nova Friburgo).  Redistribuído em: 06.08.2013  Objeto: pleiteia o restabelecimento de benefício previdenciário cancelado.



10	2003	0000145-81.2014.4.02.5106	Despacho proferido em 25.02.2014 – posterga análise do pedido de liminar, notifica autoridade impetrada e, após, intima MPF.	Distribuído em: 21.02.2014. Objeto: requer ordem para obstar a autoridade impetrada de proceder a descontos de valores nos proventos de aposentadoria da impetrante. Sem sentença.
11	2003	0001983-45.2003.4.02.5106	Despacho proferido em 27.03.2014 – cita o INSS na forma do art. 730 do CPC.	Distribuído em: 03.10.2003. Objeto: pedido de restabelecimento de benefício previdenciário. Sentença prolatada em 26.01.2004; extingue sem exame do mérito – art. 267, IV, do CPC.
12	2003	0116347-78.2013.4.02.5106	Despacho proferido em 21.02.2014 – concede aos impetrantes dilação de prazo para cumprir o item 2 da decisão de fls. 251.	Distribuído em: 08.07.2013. Objeto: requer a concessão de nova aposentadoria, em substituição à anteriormente concedida – desaposentação.
13	2003	0000916-30.2012.4.02.5106	Decisão proferida em 11.03.2014 – defere gratuidade de justiça, indefere medida liminar, notifica autoridade impetrada e requisita simulação de nova renda mensal inicial.	Distribuído em 05.09.2012. Objeto: requer a concessão de nova aposentadoria, em substituição à anteriormente concedida – desaposentação.
14	2003	0147584-33.2013.4.02.5106	Conclusos para sentença em 27.03.2014.	Distribuído em 23.01.2014. Objeto: requer a concessão de nova aposentadoria, em substituição à anteriormente concedida – desaposentação.
15	2006	0001426-19.2007.4.02.5106	Decisão proferida em 20.01.2014. <b>Revoga</b> suspensão do feito. Intima as partes. Após, conclusos para sentença.	Distribuído em: 20.08.2007. Objeto: requer ordem mandamental para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao COFINS e ao PIS.

### 2.3 Ações referentes à Improbidade Administrativa.

Além das ACPs mencionadas anteriormente há também a ação Ordinária nº 0001222-33.2011.4.02.5106.

Ord	Classe	Nº	Último andamento	Breve histórico
-----	--------	----	------------------	-----------------





01	6006	0001222-33.2011.4.02.5106	Despacho proferido em 18.03.2014. Converte o feito em diligência. Determina intimação da União para se manifestar sobre documentos e eventual interesse em integrar a relação jurídica processual.	Distribuída em 09.11.2011. Objeto: Condenação dos réus nas sanções previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/1992 em virtude de irregularidades na execução de projeto de financiamento com recursos da UNESCO, intermediados pelo Programa Nacional DST/AIDS.
----	------	---------------------------	--	--

#### 2.4 Ações referentes à Desapropriação

Ord	Classe	Nº	Último andamento	Breve histórico
1	5010	0000475-15.2013.4.02.5106	Despacho proferido em 18.02.2014 – vista às partes sobre proposta de honorários do perito.	Distribuído em 11/06/2013. Objeto: Desapropriação por utilidade pública de área destinada à construção da nova pista de subida da BR-040.
2	5010	0212500-38.1900.4.02.5106	Despacho proferido em 26.03.2014 – defere vista dos autos fora da Secretaria os réus por 10 (dez) dias.	Distribuído em 19.12.1977. Objeto: Ação de desapropriação com o escopo de expropriar a área total de 1.320 m <sup>2</sup> discriminada na petição inicial. Sentença prolatada em 13.07.2010, pela procedência do pedido.
3	5010	0246595-12.1900.4.02.5101	Conclusos para decisão em 14.03.2014.	Distribuído em 04.10.1968. Objeto: ação de desapropriação de um lote de terreno localizado em Bonsucesso, Petrópolis-RJ.
4	5010	0212498-68.1900.4.02.5106	Despacho proferido em 30.01.2014, no sentido de aguardar a expedição de alvará no processo conexo n. 0212500-38.1900.4.02.5106 para, após, encaminhar ao Gabinete.	Distribuído em 19/12/1977. Objeto: Ação de desapropriação de área discriminada na inicial. Sentença prolatada em 13.07.2010, pela procedência do pedido.



5	5010	0212499-53.1900.4.02.5106	Despacho proferido em 30.01.2014, no sentido de aguardar a expedição de alvará no processo conexo n. 0212500-38.1900.4.02.5106 para, após, encaminhar ao Gabinete.	Distribuído em 19/12/1977.  Objeto: Ação de desapropriação de área discriminada na inicial.  Sentença prolatada em 13.07.2010, pela procedência do pedido.
6	5010	0000062-65.2014.4.02.5106	Decisão proferida em 18.03.2014, no sentido de intimar o MPF com urgência para manifestação.	Distribuído em 17.01.2014.  Objeto: Ação de Desapropriação. Área de 512,33 m <sup>2</sup> , prazo de terra 4428 A RESTO, localizada na BR-040/RJ, no bairro Belvedere, Petrópolis-RJ  Deferida liminar de imissão provisória da autora na posse em 12.02.2014.
7	5010	0000544-47.2013.4.02.5106	Despacho proferido em 25.02.2014. Intima ré para regularizar instrumento de mandato, de modo que atribua a seu procurador, subscritor da petição de fls. 284, poderes especiais para transigir.	Distribuído em 10.07.2013.  Objeto: Ação de Desapropriação. Imóvel n. 3.647-A, registrado na matrícula n. 18414, junto ao Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição.
8	5010	0120363-52.1900.4.02.5101	Autos remetidos à CEF em 04.06.2013 e não devolvidos. Apesar de intimada para a entrega dos autos e, após, expedido mandado de busca e apreensão, esta última diligência restou negativa.  MM. Juíza Federal, Dra. Simone Bretas, proferiu despacho em 28.03.2014 no sentido de intimar as partes para promover a restauração dos autos.	Distribuído em 15.07.1977.  Objeto: Ação de Desapropriação.  Sem sentença.

## 2.5 Processos Criminais.

### 2.5.1 Verificação Geral.

Foram conferidas todas as ações penais, inclusive as suspensas.

Foram analisados separadamente os processos em segredo de Justiça, com bens



acautelados e com réus presos.

#### **Os processos encontram-se saneados.**

Constatou-se que o cumprimento de condições determinadas nas sentenças e transações penais vem sendo feito corretamente e que foram observadas as orientações da inspeção anterior, quanto à fiscalização dos mesmos pela Secretaria do Juízo bem como as orientações da última correição presencial.

#### **2.5.2 Processos penais com bens acautelados.**

Constatou-se que os dados são inseridos no sistema SNBA do CNJ regularmente.

A fim de agilizar o trabalho de conferência na inspeção, nesse tópico foram avaliados todos os bens acautelados e não apenas aqueles relacionados aos feitos criminais.

Em data anterior à inspeção foram constatadas algumas incorreções no controle e organização de processos com bens acautelados e os respectivos bens.

Constatou-se que alguns bens acautelados no cofre possuíam a mesma numeração da cautela o que poderia gerar algum equívoco no momento da devolução do mesmo ou outra providência.

O controle de bens acautelados foi reorganizado.

Os envelopes que continham bens acautelados foram substituídos por novos; mantidas as numerações.

Os servidores foram orientados quanto à correção do procedimento.

#### **2.5.3 Processos com determinação de tramitação em Segredo de Justiça.**

Com base na planilha extraída do sistema da corregedoria foram conferidos **todos** os processos conforme informações abaixo.

Não foram observadas quaisquer irregularidades.

Juízo	02ª VF de Petrópolis	Posição em	Tipo de Segredo	Absoluto	11
Final				Sistema	18
Tipo de Segredo				Documento	11
Documento Sigiloso		27/03/2014		<b>Total Geral</b>	<b>40</b>

Acervo					
Tipo de Processo	Matéria	Classe	Processo	Segredo	Total
Eletrônico	Cível	1001	00005817420134025106	Sistema	1
			00010262920124025106	Documento	1
		3000	00004488120034025106	Sistema	1
			00012265120034025106	Sistema	1
			00015602220024025106	Documento	1
			00027699420004025106	Sistema	1
		4002	00013003720054025106	Documento	1
		4009	00011712220114025106	Sistema	1
Físico	Cível	1005	05533672919994025106	Sistema	1
		3000	00008266120084025106	Sistema	1
			00009391520084025106	Documento	1
			00015613120074025106	Documento	1
			00015929020034025106	Sistema	1



			00015983420024025106	Documento	1
			00022054720024025106	Documento	1
			00846162619974025106	Documento	1
			00878181119974025106	Sistema	1
			05535283919994025106	Sistema	1
		4002	00000708620074025106	Sistema	1
			00002503420094025106	Sistema	1
		12006	00832850919974025106	Sistema	1
	Jef Cível	51001	00002850920074025156	Sistema	1
	Penal	21000	00014135420064025106	Documento	1
		24005	00000679220114025106	Absoluto	1
			00006527120124025119	Absoluto	1
			00008294520104025106	Absoluto	1
		26003	00006518620124025119	Absoluto	1
			00008270720124025106	Sistema	1
			00008291120114025106	Absoluto	1
			00008412520114025106	Sistema	1
			00008421020114025106	Absoluto	1
			00008981420094025106	Absoluto	1
			00009085320124025106	Absoluto	1
			00009619520074025110	Absoluto	1
			00011505120084025106	Documento	1
			00012256120064025106	Absoluto	1
			00020618720134025106	Absoluto	1
			00040918820104025110	Sistema	1
			08007711920134025101	Sistema	1
		26008	00021744120134025106	Documento	1
<b>Total Geral</b>					<b>40</b>

#### 2.5.4 Incidente De Insanidade Mental.

Não há.

#### 2.5.5 Ações Para Apuração De Crime Hediondo.

Não há.

#### 2.5.6 Ações Para Apuração De Crime Organizado.

Apenas o Processo nº 0000736-82.2010.4.02.5106 que apura crime de estelionato que se encontra no TRF/2 para julgamento de recurso de apelação desde 28/02/2013.

#### 2.5.7 Processos Com Réus Presos.

O único é o processo com réu preso é o citado no item anterior, remetido ao TRF para julgamento de recurso. Na sentença condenatória foi determinada a expedição de Carta de Execução Provisória, já distribuídas à Vara de Execuções Penais do Estado do Rio de Janeiro sob os números 0388191.23.2012.8.19.0001, 0388230-20.2012.8.19.0001,



0388393-97.2012.8.19.0001 e 0388343-71.2012.8.19.0001.

**FORAM INSPECIONADOS TODOS OS FEITOS DE ANÁLISE OBRIGATÓRIA ALÉM DE OUTROS QUE SE ENCONTRAVAM CONCLUSOS OU ESCOLHIDOS ALEATORIAMENTE NA SECRETARIA, TOTALIZANDO 2450 PROCESSOS O QUE CORRESPONDE A 49, 81 POR CENTO DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA SEGUNDA VARA FEDERAL.**

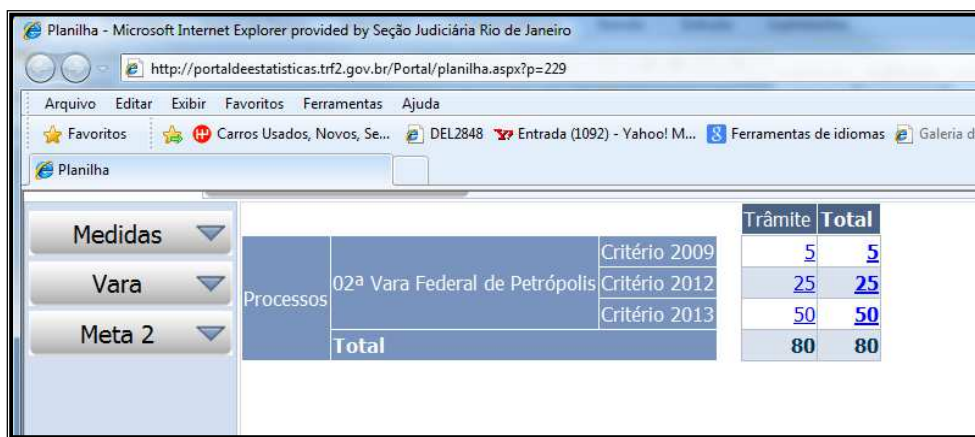
**Foram produzidos na semana da inspeção 261 despachos, 1105 decisões, 101 atos ordinatórios e 118 sentenças, totalizando 1585 atos judiciais.**

Não foram constatadas incorreções, até porque a segunda vara passou por uma correição presencial há pouco mais de 30 dias.

Em todos os casos os servidores e estagiários foram orientados quanto ao procedimento correto, lembrados quanto às orientações da equipe de correição para que os procedimentos corretos sejam mantidos.

### 2.5.8 Processos incluídos na Meta 2 do CNJ

O Portal de estatísticas indicou a existência de 05 processos no critério de 2009, 25 processos no critério 2012 e 50 processos no critério 2013. Conforme demonstra a figura abaixo.



			Trâmite	Total
Processos	02ª Vara Federal de Petrópolis	Critério 2009	5	5
		Critério 2012	25	25
		Critério 2013	50	50
Total			80	80

Figura 5- Processos incluídos na META 2 do CNJ. Fonte Portal de Estatística do TRF/2 em 28/03/2014.

Todos os autos foram vistoriados e por diversos motivos nenhum deles pode ser sentenciado durante a inspeção. Foi verificado que todos estão perfeitamente identificados e que vem recebendo tratamento prioritário a fim de atender à meta estabelecida pelo CNJ.

### 3. FEITOS SUSPENSOS.

Há na 2ª Vara Federal de Petrópolis 2.397 processos suspensos. O maior volume de suspensões se refere a Execuções Fiscais (1878), mas há



outros motivos tais como: aguardando depósito de RPV ou Precatório, suspensões criminais (Art. 366 do CPP, aguardando julgamento de recurso especial e art. 89 da Lei 9.099/1995) etc.

Foram conferidos todos os feitos criminais e os demais foram verificados por amostragem. Constatou-se que todos tinham o “motivo” da suspensão lançado no Sistema Apolo, bem como o prazo de suspensão.

Os servidores foram orientados sobre a necessidade de manter-se o controle de tais ações. Cabe observar que mesmo sem que haja decisão determinando um prazo de suspensão, os servidores são orientados a lançar um prazo no sistema a fim de evitar que os autos fiquem suspensos indefinidamente. Uma vez que decorrido o prazo inicial lançado no sistema o processos aparece na lista de processos parados e então os servidores verificam se já foi proferida decisão em recurso que determinava a suspensão por exemplo, se foi pago o precatório ou se permanece em vigor o motivo que determinou a suspensão.

#### 4. LIVROS E PASTAS.

Tendo em mãos o PROVIMENTO 011, de 04 de abril de 2011, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, o de nº 128, de 13/04/98 e a Resolução nº 418/05 do CJF, verificou-se que a vara dispõe de todos os livros obrigatórios, além de outros que foram adotados para facilitar o controle dos serviços.

##### 4.1 Livro de Reclamações.

Não houve qualquer reclamação lançada no livro ou depositada na referida urna destinada ao mesmo fim desde a inspeção anterior.

##### 4.2 Livros de carga.

Foram constatadas algumas pequenas incorreções como falta de lançamentos, processos que já haviam sido devolvidos sem o devido lançamento no livro. No entanto nenhuma incorreção de maior vulto ou digna de nota foi constatada.

Foram feitas as devidas correções e os servidores foram orientados sobre o correto manuseio de livros e pastas.

Sendo assim, foram inspecionados os seguintes livros e pastas:

PASTA/LIVRO		
PASTA DE TERMOS DE ACAUTELAMENTO (CRIMINAL)	Até 19/12/2013 fl 92	Até 19/12/2013 fl 92 Até 19/02/2014 fl 102
PASTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA E DO PROCESSO	Até 19/12/2013 fl 24	Até 19/12/13 fl 24 Sem novos docs em 2014
PASTA DE TERMOS DE APRESENTAÇÃO (CRIMINAL)	Até 19/12/2013 fl 82	Até 19/12/2013 fl 82 Sem novos docs em 2014
PASTA DE TRANSAÇÃO PENAL	Até 19/12/2013 sem docs.	Até 19/12/2013 – sem doc Sem docs 2014
PASTA DE CARGA DE AUTOS AO MPF (CRIMINAL)	Até 19/12/2013 fl 70	Até 19/12/2013 fl 70 Até 20/03/2014 fl 21



PASTA DE TERMOS DE FIANÇA (CRIMINAL)	Até 19/12/2013 fl 04	Até 19/12/2013 fl 4 s/docs Até 07/01/2014 fl 5 s/docs
PASTA DE REMESSA DE AUTOS AOS SETORES ADM DISTRIBUIÇÃO (CÍVEL)	Até 19/12/2013 fl	Abertura 07/01/2014 Até 18/03/2014 fl 32
PASTA DE RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO DO JUÍZO	Até 19/12/2013 fl	Abertura 07/01/2014 Até 20/03/2014 fl 52
PASTA DE CARGA DE AUTOS AO MPF (CÍVEL)	Até 19/12/2013 fl	Até 19/12/2013 Sem docs em 2014
PASTA DE PORTARIAS	Até 19/12/2013 fl	Abertura 07/01/2014 Até 17/03/2014 fl 84
PASTA DE ALVARÁS INUTILIZADOS OU RASURADOS	Até 19/12/2013 fl	Até 19/12/2013 Sem docs 2014
PASTA DE CARTA DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL	Até 19/12/2013 fl	Até 19/12/2013 fl 46 Até fl 49
PASTA DE ATA DE AUDIÊNCIA 2º JEF CÍVEL	Até 19/12/2013 fl	Até 15/12/2013 fl 37 Sem docs em 2014
PASTA DE ATA DE AUDIÊNCIA 2º JEF CRIMINAL	Até 19/12/2013 fl	Sem docs em 2014
PASTA DE ATA DE AUDIÊNCIA – CÍVEL	Até 19/12/2013 fl	Até 07/01/2014 fl 8
PASTA DE ATA DE AUDIÊNCIA - CRIMINAL	Até 19/12/2013 fl	Até 07/01/2014 fl 8

## 5. PETIÇÕES PENDENTES.

Conforme relatado no item 1.2.3, não havia petição pendente de juntada, fato que pela sua natureza e volatilidade pode mudar rapidamente, já que foi informado pelo Diretor de que é comum no prazo de poucos dias serem distribuídas mais de 100 petições.

Foi informado pelo Diretor de Secretaria que após a disponibilização da planilha de controle da corregedoria a secretaria vem utilizando prioritariamente daquela ferramenta. No entanto, em dias anteriores à inspeção foi constatado que o sistema indica todas as petições pendentes de juntada e não só aquelas que excederam ao prazo o que pode refletir negativamente na avaliação e desempenho da vara pela corregedoria.

## 6. A CARGA E A VISTA DOS AUTOS.

Nesse item reside uma das maiores dificuldades da Secretaria, principalmente no que tange a atuação de advogados que patrocinam a Caixa Econômica Federal. Esse tema já foi tratado nas inspeções anteriores e foram realizadas diversas ações a fim de solucionar o problema.

**Cabe salientar que a secretaria observa fielmente o que prescreve a recomendação nº 12/2013 do CNJ, com especial atenção ao controle de autos fora do cartório bem como as providências para devolução dos mesmos.**

Processos em que foram expedidos mandados de busca e apreensão e ainda assim **não retornaram à secretaria do juízo.**



Nº Processo	Partes	DIAS VENCIDOS	Obs
0120363.52.1900.4.02.501	União Lucio Raposo da Silva	284	
Observação	A CEF não é parte mas foi intimada para falar nos autos e não os devolveu após a carga. Autos considerados extraviados conforme decisão proferida na semana da inspeção que determinou a restauração		

### Processos com carga para CEF – com prazo vencido sem devolução.

Nº Processo	DIAS VENCIDOS
0001013-06.2007.4025106	64
0000012-49.2008.4025106	19
0001343-08.2004.4025106	8
0000360-33.2009.4025106	8
0002362-54.2001.4025106	8

## 7. OS EXPEDIENTES CARTORÁRIOS.

Não foi constatada nenhuma irregularidade. No entanto não se pode deixar de observar o grande volume de expedientes confeccionados pela secretaria.

A produtividade pode ser constatada no gráfico abaixo.

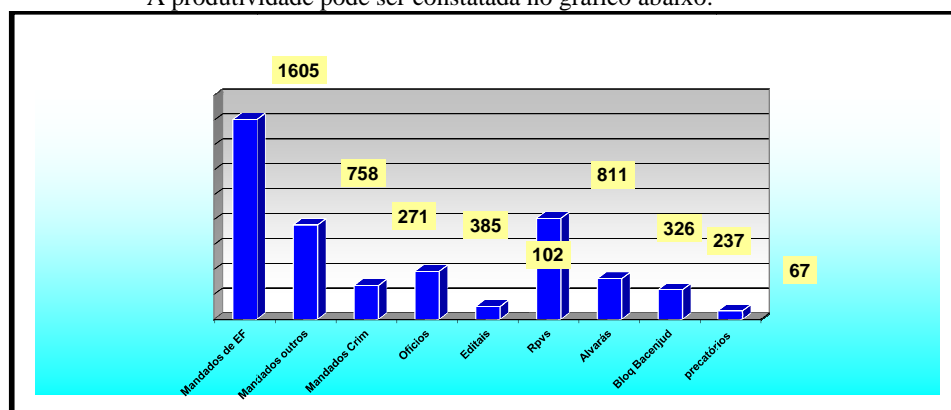


Gráfico 3\_- Avaliação da produtividade (expedientes produzidos entre a última inspeção e a atual). Fonte: Sistema Apolo em 28/03/2014.

A Figura abaixo informa os quantitativos e os valores referentes aos RPVs e precatórios expedidos na 2ª Vara Federal nos anos de 2011 e 2012.





Tipo	Quantidade	Valor Proposta	Total Pago	Total Devolvido	Total Depositado
RPV	286	1.157.508,01	1.015.507,56	0,00	1.015.507,56
JEF	525	4.041.324,21	3.722.043,45	0,00	3.722.043,45
PRC	67	5.307.550,53	0,00	0,00	0,00
<b>Total Geral</b>	<b>878</b>	<b>10.506.382,75</b>	<b>4.737.551,01</b>	<b>0,00</b>	<b>4.737.551,01</b>

Figura 6 . Ordens de pagamento Fonte: site TRF/2 em 28/03/2014.

Constatou-se ainda ao final da inspeção que:

- havia na secretaria 02 processos aguardando expedição de alvarás;
- havia 10 processos aguardando expedição de RPVS;
- Não havia nenhum processo aguardando expedição de Precatórios;
- havia 05 processos aguardando expedição de mandados e,
- 2 processos aguardando expedição de ofícios.

## 8. VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO, LITISPENDÊNCIA E COISA JULGADA.

A análise e verificação de prevenção vêm sendo feita regularmente. Recentemente essa tarefa foi reorganizada passando à equipe do gabinete a função de analisar as iniciais, o que já vem produzindo excelentes resultados, refletindo inclusive na melhoria da produtividade e redução do tempo médio entre a distribuição e o primeiro despacho. Hoje a média é de cerca de oito dias conforme demonstrado recentemente à equipe de correição presencial.

## 9. A ATUAÇÃO DA COORDENADORIA APOIO ADM.

Como não se trata de vara única a Fiscalização das atribuições do Apoio Administrativo cabe ao Diretor da Subseção. De forma geral a 2ª Vara vem sendo bem atendida pelo Setor Administrativo.

## 10. A ORGANIZAÇÃO DA VARA.

A Vara conta com 14 servidores (incluindo o Diretor), número que atende à padronização da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, mas está aquém do necessário para uma perfeita organização das atividades. Conforme observado minuciosamente no início do presente relatório.

## 11. OBSERVÂNCIA DAS REGRAS DE DIVISÃO DE PROCESSOS ENTRE OS JUIZES.



A Divisão e organização estabelecida nos artigos 110 a 114 da Consolidação de normas foram observadas enquanto havia juiz substituto lotado nesta vara, atualmente há apenas a juíza titular em atuação.

## 12. A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL

Conforme já informado anteriormente, vem sendo realizado um grande esforço para redução do acervo.

No Juizado Especial em março de 2011 havia 2610 processos. Na inspeção de 2012 a Segunda Vara, contava com 1903 processos. Em janeiro de 2014 havia 1202 processos em tramitação, já em 28/03/2014 havia 1404 processos.

Os gráficos abaixo demonstram a produtividade em cada mês desde o ano de 2012. **É importante observar que recentemente, no mês de fevereiro de 2014 a Subseção de Petrópolis passou por grandes dificuldades como falta de energia elétrica por pelo menos 02 dias e praticamente por uma semana conforme foi constatado presencialmente pela equipe de correição. Tais fatos afetaram sensivelmente a produtividade no mês de fevereiro de 2014.**

### 12.1 Produtividade comparativa (despachos).

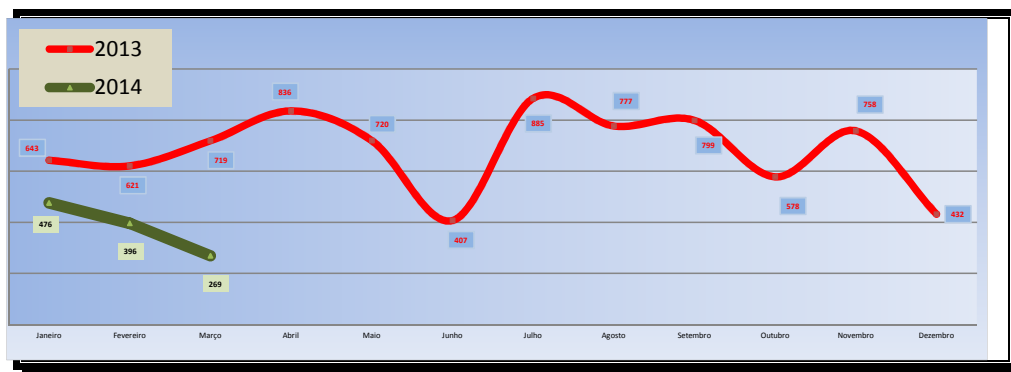


Gráfico 4 – Produtividade comparativa de despachos, mês a mês atual e anos anteriores. Fonte: Sistema Apolo em 28/03/2014.

É importante observar que o número de despachos está sendo reduzido em razão de três motivos. **1º:** O acervo em tramitação de processos foi reduzido substancialmente desde 2012. **2º:** Passou-se a utilizar de decisões que determinam vários andamentos automáticos, de forma que para prosseguimento do feito, na maioria das vezes basta um ato ordinatório. **3º** Os servidores foram treinados a identificar de forma correta a diferença entre despachos e decisões, o que permitiu que equívocos na hora da abertura da conclusão deixassem de ocorrer.

### 12.2 Produtividade comparativa (decisões).



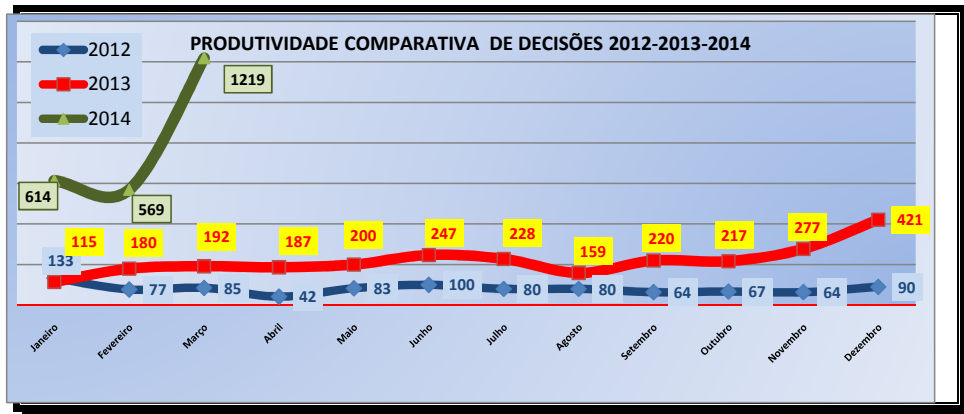


Gráfico 5 - Produtividade comparativa de decisões, mês a mês atual e anos anteriores. Fonte: Sistema Apolo em 28/03/2014.

O número de decisões aumentou substancialmente pelas razões expostas no item anterior.

### 12.3 Produtividade comparativa (sentenças)

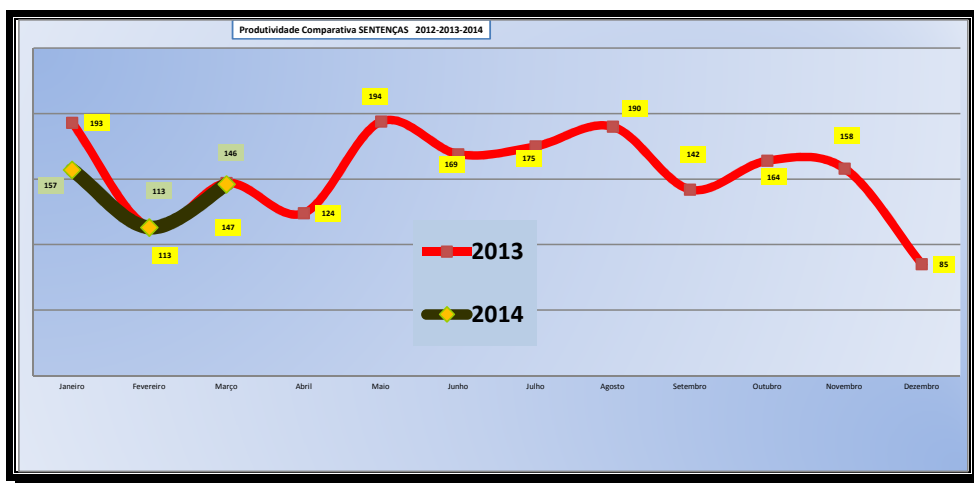


Gráfico 6 - Produtividade comparativa de sentenças, mês a mês atual e anos anteriores. Fonte: Sistema Apolo em 28/03/2014.

É possível verificar graficamente que mesmo com o acervo reduzido em comparação com os anos anteriores e com apenas um juiz atuando, a produtividade numérica permanece praticamente inalterada. Obviamente se for considerada a proporção entre a produção e o acervo em cada período, a conclusão evidente é que a produtividade de sentenças aumentou substancialmente.

### 12.4 Produtividade. Prazos médios dos atos judiciais.

Conforme demonstra a figura abaixo a 2ª vara vem cumprindo com



tranquilidade os prazos estabelecidos pela corregedoria nas conclusões para despacho (26 dias), decisão (23 dias) e sentenças (40 dias).

1	A	B	C	D	E
1	Período	01/10/2013 a 28/03/2014			
2					
3	Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)	
4	Despacho	2.923	41,82	26	- 4 dias
5	Decisão	3.183	45,54	23	37 dias
6	Sentença	883	12,63	40	140 dias
7	Total Geral	6.989	100,00	26	

Figura 7 – Prazo médio de conclusão, segundo a planilha de intimados da corregedoria considerando os últimos 6 meses.

### 13. A ESTRUTURA FUNCIONAL DE APOIO AOS MAGISTRADOS.

Prejudicado conforme informação do item 11.

### 14. QUADRO DE SERVIDORES, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO.

A 2ª Vara Federal de Petrópolis conta atualmente com 14 servidores, conforme a tabela abaixo.

Matr	Sigla	Nome	Cargo	Função
01	12281	REZ ALESSANDRA ANDRADE DUPREZ	Analista	Sem FC- Apoio ao Gabinete
02	12068	ARS ANA ROSA REIS MACIEL	Tec Jud	Sem FC – Apoio ao Gabinete
03	12330	DRE ANDREA DA SILVA CARDOSO GERALDES	Analista	FC-4 JEF
04	13594	EUE CELIO LUCIANO LANA DUTRA OLIVEIRA	Tec Jud	FC-5 Supervisor criminal
05	15420	AKV ALTAIR PEREIRA DE ARRUDA	REQUISITADO	FC-2 Agente de Segurança
06	12763	JIU JULIANE SILVEIRA D'URCE	Tec Jud	Sem FC – Apoio Setor Criminal
07	13302	UMO LUIS MARCELO DE TADEU CORREA	Analista	Sem FC – JEF
08	13021	AHE MARCELO ROCHA BITTENCOURT	Analista	FC-4 - Contencioso
09	12975	MHI MARCIA HELENA DE OLIVEIRA	Analista	FC-5 – Supervisora Contencioso
10	13485	PBC PATRICIA DE ABREU COLUCCI	Analista	FC-5 – Chefe de Gabinete
11	12142	LLI PAULO JORGE LELLIS VILLANOVA	Analista	CJ3 – Diretor
12	13656	NTT RENATA CRISTINA BALTOR PRATES DE MENDONCA	Tec Jud	CJ4 – Apoio ao Gabinete
13	12383	RFL ROBERTA DE FATIMA LEONARDO MOREIRA	Analista	FC-5 Supervisora E. Fiscais
14	13627	VDF VANESSA DUTRA FERNANDES	Tec Jud	FC-3 Contencioso
<b>ESTAGIÁRIOS</b>				
01	-	-	BIANCA MAURÍCIO DA ROCHA	Emarf Contrato iniciado em 21/02/2014 – aguardando matrícula a ser fornecida pela SJRJ.



02	44925	SQV	SUELYN DA SILVA CARVALHO	JEF	
03	45095	QFP	MARIANA FERREIRA RODRIGUES PINTO	JEF	
04	44756	ZMD	LUIZA MARIA GNANNI BRAND	JEF	
05	45022	QPF	MONIQUE PEREIRA MATT	JEF	
06	45206	NJG	AMANDA DOS SANTOS	Emarf	
07	45201	JJF	JULIANA PASCOAL DE ALMEIDA LIMA	Emarf	

Os equipamentos e mobiliários atualmente existentes atendem às necessidades da 2ª Vara.

## **15. A SITUAÇÃO RESUMIDA DOS PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA.**

### **15.1 Processos verificados na inspeção.**

Foram verificados TODOS os processos de verificação obrigatória. Os casos mais importantes foram relatados de forma minuciosa no item 2 (páginas 7 a 18)

Além destes, foram verificados todos os processos de interesse do Ministério Público, todos os processos com tramitação prioritária, Ações Cautelares, Sumárias, Possessórias, Processos na Fase de Execução.

Cabe salientar que a secretaria é orientada a encaminhar os autos ao gabinete com a conclusão aberta para sentença ou para decisão conforme for o caso. Dessa forma “**todos**” os processos que estão no gabinete, ali se encontram com a conclusão “**aberta**”.

### **15.1 Processos conclusos para sentença.**

Não havia no início da inspeção nenhum processo concluso para sentença por prazo superior a 180 dias contados do início da Inspeção.

### **15.2 Processos conclusos para decisão.**

Havia ao final da inspeção três processos conclusos para decisão por prazo superior a 60 dias.

### **15.3 Processos conclusos para despacho.**

Havia ao final da inspeção trinta e sete processos conclusos para despacho por prazo superior a 30 dias.

### **15.4 Processos parados na secretaria por mais de 30 dias.**

Excluídas as Ex. Fiscais, não havia nenhum processo parado há mais de 30 dias conforme demonstrado no item 1.2.1 (figura 2).

## **16. EXTENSÃO DA PAUTA DE AUDIÊNCIAS.**



As audiências são agendadas em regra para ocorrerem às terças-feiras e quartas-feiras. A data da última audiência designada é o dia 23/07/2014.

#### **17. RELAÇÃO DOS PROCESSOS NOS QUAIS TENHA SIDO DECLARADA SUSPEIÇÃO/IMPEDIMENTO.**

Considerado o período compreendido entre a última inspeção e a atual. O Juiz Federal Substituto (que atuou até dezembro de 2013) se deu por suspeito nos processos abaixo, em que sua esposa atua como advogada:

0104089-36.2013.4.02.5106; 0000295-43.2013.4.02.5156; 0000017-95.2013.4.02.5106.

A Juíza Titular se deu por suspeita nos autos em que os autores são servidores desta Vara Federal e no inquérito Policial e cautelares conexas de n°s: 0000156-91.2013.4.02.5156; 0000182-89.2013.4.02.5156.

#### **18. OS NÚMEROS DOS ALVARÁS CANCELADOS E INUTILIZADOS NOS ANOS DE 2013 E 2014 SÃO:**

Foram cancelados os alvarás números: ALV.0602000229-1/2013, ALV.0602000001-0/2013, ALV.0602000180-8/2013 ALV.0602000150-7/2013, ALV.0602000022-0/2014 e ALV.0602000023-5/2014.

### **III - OUTRAS CONSTATAÇÕES**

Constatou-se que as instalações não são adequadas (conforme já relatado nas inspeções anteriores).

Há grandes dificuldades no que se refere à mobilidade. Pessoas portadoras de necessidades especiais são obrigadas a enfrentar um lance de escadas a fim de ter acesso à secretaria e gabinete dos juízes.

A secretaria precisa ser distribuída em vários cômodos (a sede do juízo é instalada em um imóvel residencial), o que dificulta a organização controle e fiscalização das atividades.

### **IV – O CUMPRIMENTO DETERMINAÇÕES INSPEÇÃO ANTERIOR.**

Foram todas cumpridas. Não nenhum fato relevante a ser relatado, além dos até aqui mencionados.

### **V – CONSIGNAÇÕES E DELIBERAÇÕES.**

Foram inspecionados 40% do acervo. Todos os autos com vista obrigatória na inspeção foram verificados. Além desses, foram verificados por amostragem processos de



todas as classes. Os autos conclusos para despacho foram sendo inspecionado e tiveram seus andamentos regularizados.

As consignações e deliberações foram mencionadas em cada item anterior expressa nos termos “Medidas adotadas para correção”.

## **VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Todas as considerações foram feitas no decorrer do presente relatório, sendo importante frisar que não se constatou qualquer irregularidade, ilegalidade, abuso ou qualquer ato capaz de determinar providências de cunho disciplinar ou que demandasse abertura de sindicância ou procedimento administrativo apuratório.

## **VII – ENCERRAMENTO.**

Isto posto, encerraram-se os trabalhos sem que tenha chegado ao quaisquer irregularidades dignas de maior atenção. Os meros detalhes verificados foram corrigidos e os servidores orientados.

Nada mais havendo a registrar, dá-se por encerrado o trabalho, mandando que se lavre a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada, devendo uma via ser enviada à Corregedoria, à Coordenadoria dos JEFs bem como à Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Petrópolis, 04 de abril de 2014.

(assinado eletronicamente)

***Dra. SIMONE BRETAS***  
Juíza Federal Titular

(assinado eletronicamente)

***Dr. Paulo Jorge Lellis Villanova***  
Diretor de Secretaria

